

“Restos da escravidão” e violência cotidiana:

conflitos femininos expostos na primeira
página da *Gazeta de Notícias* (1890)



Limpendo metais. Armando Vianna, 1923, fotografia (detalhe).

Daniela Magalhães da Silveira

Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde atua na graduação e no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória). Autora de *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. danielasilveira@hotmail.com

“Restos da escravidão” e violência cotidiana: conflitos femininos expostos na primeira página da *Gazeta de Notícias* (1890)

“Slavery remains” and everyday violence: women's conflicts exposed on the front page of *Gazeta de Notícias* (1890)

Daniela Magalhães da Silveira

RESUMO

Este artigo aborda a forma pela qual a precariedade da vida de mulheres pobres foi utilizada pela imprensa fluminense, produzida nos primeiros anos após a assinatura da Lei Áurea, para apoiar medidas policiais agressivas e divulgar um modelo de mãe e mulher idealizado pela República que se construía. A partir da análise de colunas publicadas no espaço do noticiário da *Gazeta de Notícias* ao longo de 1890, investiga as nuances de abordagem proposta por cada articulista, assim como a utilização de recursos caros aos literatos que pretendiam garantir certa fidelização do público leitor. Mostra como, para defender direitos que acreditavam possuir, aquelas mulheres recorreram a tradições e práticas oriundas da escravidão.

PALAVRAS-CHAVE: imprensa; violência contra mulheres; pós-abolição.

ABSTRACT

This article discusses how the precarious lives of poor women were used by the press in Rio de Janeiro during the first years after the promulgation of the Golden Law (Lei Áurea). The Fluminense press, throughout its news production, supported aggressive policing and promoted an ideal model of mother and woman worshiped by the new Republic. Based on the analysis of news articles published in the newspaper *Gazeta de Notícias* during the year 1890, this paper aims to investigate the nuanced approach presented by each journalist/columnist, as well as the valued resources used by the writers/literati in order to assure the reading public's fidelity. It demonstrates how these women resorted to traditions and practices arising from slavery, to protect the rights they believed to have.

KEYWORDS: press; violence against women; post-abolition.



Janeiro de 1890. “O fato culminante da semana foi a passagem do ano velho, a vinda do ano novo”.¹ Assim começava a “Crônica da semana”, espaço de honra da *Gazeta de Notícias*, que, ao longo da existência do jornal, esteve sob a responsabilidade de literatos renomados, como Machado de Assis e Olavo Bilac.² Além de comentar sobre a passagem do ano, a tônica daquela crônica

¹ “Crônica da semana”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1890.

² A crônica de domingo da *Gazeta de Notícias* possuía o objetivo de levar aos leitores e leitoras uma espécie de balanço da semana passada. As várias séries dominicais do jornal conferiram certa tradição ao espaço, ocupado por literatos reconhecidos, mesmo sem levar a assinatura deles. Ver SOUZA, Ana Paula Cardozo de. *Machado de Assis e a República de “A Semana”*: literatura, imprensa e práticas populares (1892-7). Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas, 2015.

voltava-se para as expectativas em torno do primeiro ano de governo republicano, com a exaltação do fato de que não havia sido derramada uma gota de sangue. Dessa forma, o jornal anunciava o ano e a República, seguindo os princípios de outros cronistas que buscavam reconstruir o passado e projetar um futuro.³ Dentre os nomes de pessoas citadas, estavam o “General Deodoro”, o “Dr. Castro Lopes” e o “bispo D. Lacerda”, representativos de heranças que precisariam ser superadas pelo ano novo.

O *Paiz* também possuía a sua crônica semanal, embora só tenha figurado no número de 13 de janeiro.⁴ Dirigia-se ao leitor com um simpático “bom dia”, referia-se à sua ausência na semana anterior e passava a refletir sobre o novo regime político: a República, que talvez não estivesse se concretizando, conforme esperavam, pois a vida parecia muito semelhante com outrora. Cabia então ao cronista mostrar que naquele momento cada um seria responsável pelos seus próprios atos. O Brasil já não era mais o “Sr. D. Pedro de Alcântara”. Assim, a estratégia de escrita acionada oferecia vida ao “leitor”, sujeito a quem se referia o tempo todo, e elegia o imperador deposto como alguém que ainda precisava ser combatido.

Outro jornal que se mostrava bastante decidido, em sua crônica semanal, a condenar a monarquia, e que para isso lançou de estratégias muito mais incisivas foi o *Diário de Notícias*, chegando a afirmar que “o ano novo devia começar sem peias comprometedoras, eliminando todos os desastres da monarquia, para que não nos lembrássemos dela, nem para falar de seus defeitos e misérias que nos legou”.⁵ Formava-se, assim, entre aqueles que possuíam a tarefa de construir a memória da semana, um lado da trincheira. Elegiam D. Pedro II como símbolo do atraso e responsável por medidas que emperraram a política externa e a transformação do país em uma nação ativa e respeitada.

Comprometidos com a defesa da família imperial, estavam o *Jornal do Commercio* e o *Novidades*. O primeiro usava o folhetim para a publicação de seu balanço da semana, contrariando os outros jornais contemporâneos a ele que haviam alocado a crônica no início da página. O apego às formas passadas não parou no modo de organizar a página. Logo de início, o cronista se referia à triste notícia vinda da Europa: “faleceu D. Thereza Christina Maria, a ex-imperatriz do Brasil”. E não apenas a citava de passagem, mas declarava, depois de levantar as supostas qualidades da regente: “Por isso era amada de todos a generosa princesa, e o seu feliz epíteto de Mãe dos Brasileiros era a consagração unânime da afeição geral”. Passava ainda pelos conflitos entre a polícia e os capoeiras e terminava sugerindo que mantivessem “para hino nacional o mesmo que o foi nos dias da monarquia”.⁶

O cronista do *Novidades* seguiu caminho muito parecido. A ex-imperatriz foi descrita como “a santa que viera a este mundo trazer-nos o perene sorriso da bondade, a lágrima bendita da clemência e a grandeza miseri-

³ Cf. NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas-Rio de Janeiro: Editora da Unicamp/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

⁴ Traços e rascunhos – crônica semanal. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 13 jan. 1890.

⁵ A semana passada. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1890.

⁶ Aos domingos. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1890.

cordiosa do perdão”.⁷ A escolha de uma figura feminina para a composição da crônica e a conseqüente defesa de uma narrativa específica sobre a importância da família imperial naqueles primeiros meses de República deixa perceber não apenas o posicionamento político dividido da imprensa e tão frisado pela historiografia⁸, como também o que republicanos históricos e aqueles saudosos da monarquia esperavam do comportamento de mulheres, fossem elas pertencentes à classe senhorial, ou pobres trabalhadoras.

Os cinco jornais aqui elencados não especificaram o seu público leitor. Ao contrário, deixaram expressas a amplitude de seu leitorado, como *O Paiz*, que afirmava ser “a folha de maior tiragem e de maior circulação na América do Sul”, e a *Gazeta de Notícias* que indicava ter a tiragem de 35.000 exemplares. É possível aventar, diante disso, que suas crônicas semanais pretendiam alcançar pessoas diversificadas. Preocupado com a “leitora” estava Eloy, o Herói, cronista da revista de moda e literatura *A Estação*.⁹ Em sua primeira edição de 1890, a “Croniqueta” iniciava rendendo reverências à Thereza Christina, “a mãe dos brasileiros”, que permaneceu pura mesmo numa corte impura, enfim aquela que, ao longo de cinquenta anos, havia sido “modelo e exemplo”. Cumprindo a sua missão de falar às leitoras, o cronista não parou no exemplo da ex-imperatriz. Homenageou também a “Exma. Sra. D. Antonieta Dias”, que havia acabado de doutorar-se na Faculdade de Medicina, e lembrou a “Exma. Sra. D. Emerlinda Sá”, outra jovem médica formada no país. Fazia ainda questão de registrar ser “mais uma vitória da mulher brasileira contra os preconceitos estúpidos que se opõe ao seu direito e à sua liberdade”.¹⁰

Finalmente é importante mencionar uma voz feminina reflexiva a respeito desse novo ano. Assim, em 1890, a revista redigida e voltada para as mulheres, intitulada *A família*, trazia a crônica assinada por Emiliana R. de F. Moraes, saudando a “nossa querida pátria” que havia passado por uma “transformação”, sem derramar uma gota de sangue, e também a D. Pedro II, que teria mostrado ser brasileiro, aceitando a vontade nacional. Tudo isso, no entanto, era preâmbulo para deixar o seguinte recado às mulheres:

*A mulher é um dos fatores, dos melhores auxiliares dessas transformações que se operam na civilização, e é raro que em tais acontecimentos que tanto abalam a sociedade não entrem a mãe, a esposa e a filha. O coração da mulher cheio de afeto sempre pelas ideias que despertam a nobreza d’alma e a generosidade, não pode deixar de despertar agora esses sentimentos; ao contrário deve vir como o entusiasmo que despertam as sensações da alegria entoar hinos à Pátria, felicita-la, e fazer votos para nessa comunhão em que vamos viver sejamos todos um povo a quem o destino marque o tempo da sua inteira ventura.*¹¹

⁷ Notas de um simples (fatos da semana). *Novidades*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1890.

⁸ Ver, por exemplo, LOPES, Aristeu Elisandro Machado. Os aniversários da abolição da escravatura e a imprensa ilustrada do Rio de Janeiro (1890-1902). *Topoi*, v. 17, n. 33, Rio de Janeiro, jul.-dez. 2016.

⁹ Eloy, o Herói, era pseudônimo de Artur Azevedo. Sobre a série “Croniqueta” e as leitoras da revista, ver SILVEIRA, Daniela Magalhães da. Ler, ouvir música, ir ao teatro e discutir política: a educação das leitoras oitocentistas e os homens de letras da Estação. In: ENGEL, Magali, SOUZA, Flávia e GUERELLUS, Natália (orgs.). *Os intelectuais e a imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2015.

¹⁰ Croniqueta. *A Estação*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1890.

¹¹ MORAES, Emiliana R. de F. Ao estado livre de S. Paulo. *A Família*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1890.

Ao saudar o ano que se iniciava, todos esses cronistas vislumbravam um futuro em que alguns sujeitos haviam saído de cena, enquanto outros deveriam tomar o seu assento. Muita expectativa existia diante do novo sistema de governo, mas também com relação aos espaços que deveriam ser ocupados por mulheres. Ainda assim, alguns jornais de grande circulação, como a *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*, não chegaram a mencionar nomes femininos em suas reflexões semanais. Quem o fez adotou o alvitre de recorrer a um passado recente que incomodava, mas, acima de tudo, indicou um perfil feminino desejado e que parecia se sobrepôr às próprias mudanças políticas. Este artigo pretende, portanto, investigar notícias publicadas no ano de 1890, na *Gazeta de Notícias*, em especial as que tiveram como centro alguma mulher.

Embora a *Gazeta de Notícias* não tenha sido o único jornal diário a investir na manutenção de literatos, com crônicas, contos e romances folhetins em suas páginas, essa presença desde o seu primeiro número foi usada como forma de buscar um maior número de leitores. Desse modo, a escolha do periódico serve como pista para refletir acerca das seguintes questões: como a linguagem e os espaços destinados aos literatos podem ter ajudado a inserir sujeitos históricos específicos, em meio a discussões em torno das expectativas da República em formação? A ideia de afetividade atribuída às mulheres, em especial, às mães, que teriam como modelo a ex-imperatriz, pode ter servido para deslegitimar outros arranjos femininos de amizade e solidariedade? As histórias contadas sobre mulheres, muitas delas apresentadas naquelas colunas por meio de seus nomes e sobrenomes, relações familiares e de trabalho, ajudam a iluminar dimensões diferentes da experiência feminina, não apenas diante de um novo regime político, mas também das reformulações nas formas de trabalho, tendo em vista a proximidade com a assinatura da Lei Áurea.

“À caridade de nossas gentis cariocas”

As comemorações em torno do segundo aniversário da Lei Áurea foram anunciadas em coluna assinada por Olavo Bilac, intitulada “Pelas crianças”¹², com a seguinte sugestão: “vamos mostrar que a nossa caridade não serve apenas para sair à rua, em bandos precatórios barulhentos, em grandes passeatas ruidosas”. Sua preocupação voltava-se para a necessidade de amparo às “crianças de cor”.¹³ De modo que a ideia defendida era a de que a causa abolicionista não havia sido encerrada no dia 13 de maio de 1888. Dois dias depois, a *Gazeta de Notícias* informava sobre a composição de comissão encarregada da organização dos festejos comemorativos e confirmava a presença de um carro alegórico com três moças, representando a República, a imprensa e a abolição, que sairia cercado por “crianças de todas as cores”.¹⁴ Naquele ano houve, portanto, a junção de duas questões: a comemoração da data e o destino das crianças, especialmente as desamparadas no pós-abolição, filhas de mulheres que havia pouco tempo tinham conquistado a liberdade.

¹² A coluna “Pelas crianças” apareceu em vários números da *Gazeta de Notícias*, sendo que apenas a primeira delas foi assinada por Olavo Bilac, enquanto as outras vieram sem qualquer assinatura.

¹³ BILAC, Olavo. Pelas crianças. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 maio 1890.

¹⁴ 13 de maio. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 maio 1890.

Na referida coluna, Olavo Bilac havia também registrado a preocupação com a possibilidade de as crianças serem levadas para a prostituição. O literato estava informado, provavelmente, por notícias semelhantes àquela que suspeitava de uma mulher chamada Maria, que vivia em companhia de algumas menores de idade a quem “ensinava coisas desonestas, tirando desse torpe procedimento meios para a sua subsistência”.¹⁵ Até porque, pouco tempo depois, o mesmo literato voltaria a comentar sobre esse caso, enfatizando de forma ainda mais direta a situação das mulheres que tantas vezes compunham as páginas dos jornais. Assim, segundo suas palavras, “não há dia em que não espirre de uma coluna uma notícia atroz, em que a mulher aparece, ou como princípio, ou como meio, ou como fim. Ontem um homem que assassina a mulher que o engana, uma mulher que estrangula o próprio filho; amanhã um homem assassinado por outro – ciúme; hoje, uma mulher que rouba crianças para prostituí-las”.¹⁶

Acompanhar as notícias da semana deixa ver um literato envolvido pelos principais debates políticos de seu tempo e também inteirado daquilo que compunha o jornal do qual era colaborador. O movimento do periódico indica a forma como as comemorações do 13 de maio serviram de espaço para a associação entre liberdade e caridade. Ou seja, as crianças abandonadas e vulneráveis a todo tipo de violência tornaram-se alvo daqueles que havia pouco tempo se preocupavam com a abolição da escravidão. Entremeados a essa discussão, percebe-se como algumas mulheres tomaram para si o papel de acolhedoras de crianças desvalidas. É isso o que aparece indicado também em “Pelas crianças”, quando noticiou a atitude da atriz Ismênia dos Santos, empresária do teatro *Variedades*: “Como se vê, tomando parte do préstito de 13 de maio, a gloriosa artista soube delicada e generosamente aliar a festa da Liberdade, com a caridade, prestando-se a esmolar em prol das crianças desamparadas, e oferecendo 10% do produto do espetáculo dessa noite”.¹⁷

Ana Paula Vosne Martins mostra, por meio da história dos termos “caridade” e “filantropia”, como, a partir do século XVIII, a bondade passa, aos poucos, a ser considerada um atributo da natureza feminina. De modo que a caridade seria uma forma encontrada por muitas mulheres de classes sociais privilegiadas para participar do mundo público.¹⁸ Foi esse o espaço abraçado por algumas mulheres no pós-abolição brasileiro. Ao oferecer amparo e acolhimento a crianças que ainda sofriam as consequências da escravidão, mulheres como Ismênia dos Santos conquistaram um espaço de divulgação de seus nomes dentro de jornais de grande circulação, tendo não apenas suas ações de benevolência comentadas, mas também o trabalho por elas desenvolvido. Ismênia dos Santos aparece sempre como uma prestigiada empresária que iria esmolar em favor de uma nobre causa: a criação de creches.

Da mesma forma que a ex-imperatriz Thereza Christina era lembrada nos primeiros dias do ano como uma mulher que deveria servir de exemplo, independente das disputas políticas, a *Gazeta de Notícia* abria espaço para

¹⁵ Caftina? *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 9 maio 1890.

¹⁶ BILAC, Olavo. Mulher! *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 maio 1890.

¹⁷ Pelas crianças. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 maio 1890.

¹⁸ Ver MARTINS, Ana Paula Vosne. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. *História: Questões & Debates*, n. 59, Curitiba, jul.-dez. 2013.



ações de benevolência feminina, quando o destaque ainda se voltava para os abolicionistas do sexo masculino, responsáveis pelas comemorações referentes ao 13 de maio. As duas, Thereza Christina e Ismênia dos Santos, eram mulheres exemplares. Assim, conclamava o cronista de domingo do jornal: “É por elas e para elas que neste período alinhamos um apelo à caridade das nossas gentis cariocas. Sejam VV. EExas., ilustres patricias, as protetoras desses pobres pequenos que por aí vivem ao Deus dará”.¹⁹

A ação da empresária ainda garantiu a ela um espaço importante na crônica “Teatros e...”, com direito à estampa do seu busto e mais alguns adjetivos, como “distinta” e “notável”. Daí a sua exaltação: “O seu coração de mulher e o seu invejável talento de artista, ligados pelo sacrossanto laço do patriotismo, ergueram um brado em favor das míseras crianças de cor. Esse brado há de repercutir de certo em todos os corações, dando-nos em breve tempo esses piedosos templos onde os abandonados filhos dos ex-escravos encontrarão ensino, pão e carinhos”.²⁰

O exemplo da artista rendeu bons frutos, voltando a ser mencionada na “Crônica ligeira” ao lado de quem também aderiu à causa, como “outro empresário, não menos caritativo”, “uma brilhante associação carnavalesca” e “um adorável grupo de jornalistas”.²¹ Até mesmo o governador do estado do Rio de Janeiro havia concedido “uma loteria para patrimônio da primeira creche que se vai fundar na cidade de Niterói”.²² Essa atitude serviu para que a “Sra. D. Luiza Thieupont, professora pública”, endereçasse uma carta a “D. Isabel Portela, digna esposa do Sr. governador”, como se o ato do governador tivesse sido mediado pela benevolência da esposa.²³

Ismênia dos Santos e professoras como a de Niterói, interessadas em tornar visíveis suas ações, são herdeiras de mulheres semelhantes às viajantes Nísia Floresta e Adèle Toussaint-Samson. Publicando seu trabalho ainda em 1853, Nísia Floresta, de acordo com Ludmila de Souza Maia, foi capaz de elaborar opiniões críticas com relação à escravidão, o que lhe possibilitou “reivindicar um lugar no espaço público para as mulheres burguesas”.²⁴ Desse modo, defendiam que a liberdade das senhoras brancas dependia da liberdade das escravas. No pós-abolição, de certa forma, mulheres com algum poderio econômico, direcionaram seus esforços para oferecer “acolhimento” aos filhos daquelas que eram livres, mas que supostamente não possuíam condições de criar suas crianças. A eficácia dessa ação para ser completa precisou ser registrada nos jornais.

Essas ações garantiram às mulheres um espaço no noticiário dos jornais, quando a elas pareciam reservadas apenas colunas destinadas ao crime ou a suspeição. Nesse sentido, a caridade feminina voltou a servir de notícia no jornal, dessa vez em sua primeira e mais nobre coluna. O articulista informava que as irmãs de caridade que realizavam o trabalho interno do Hospício

¹⁹ Crônica ligeira. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 maio 1890.

²⁰ Teatros e... *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 maio 1890.

²¹ Crônica ligeira. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 maio 1890.

²² Pelas crianças. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 17 maio 1890.

²³ *Idem, ibidem*, 20 maio 1890.

²⁴ MAIA, Ludmila de Souza. Viajantes de saias: escritoras e ideias antiescravistas numa perspectiva transnacional (Brasil, século XIX). *Revista Brasileira de História*, v. 34, n. 68, São Paulo, 2014, p. 64.

Nacional de Alienados haviam abandonado o serviço, levando com elas “criadas e agregados”. Tal decisão foi classificada como pouco caridosa e indigna de senhoras. E ainda, o serviço delicado e essencial por elas prestado, segundo o jornal, não poderia ter sido deixado de lado, por “senhoras, criaturas sensíveis, que dizem ter renunciado ao mundo para se dedicarem aos que sofrem, que dizem ter-se reunido em nome de Cristo, que era bom até para os maus, e que esposava sempre a causa dos fracos, dos pequenos e dos abandonados”.²⁵ A notícia ainda repercutiu em outros dois números do jornal²⁶, deixando evidentes algumas questões importantes: o papel de religiosas em hospitais, a necessidade de espaços laicos voltados para os cuidados com a saúde da população e, mais uma vez, a ideia de que mulheres eram naturalmente sensíveis e, portanto, próprias para ações de caridade.

Essa abordagem escolhida pela *Gazeta de Notícias* torna evidente um perfil feminino muito específico e que possuía o direito de compor as suas colunas de maneira positiva. Assim, foram elogiadas aquelas que pertenciam à nobreza expulsa do país e as desejosas de participar politicamente ao lado dos homens que se consideravam responsáveis pela abolição da escravidão. Precisavam, diante disso, cumprir um roteiro determinado: deveriam se espelhar na virgem Maria, sendo mães perfeitas, independente de terem concebido as crianças, e caridosas sem qualquer interesse explícito de retorno com relação ao ato praticado. No entanto, o jornal deu espaço mesmo foi para as “Tal Conceição e Conceição de tal”.²⁷

Mães: da delegacia às colunas da *Gazeta de Notícias*

Saber mais sobre as notícias relativas às mulheres em jornais de grande circulação pode nos ajudar a entender como a imprensa elaborou ideias sobre os lugares permitidos a elas depois da abolição e na República desejada por homens de letras. Por outro lado, mostra como a experiência delas não estava subjugada aos interesses comerciais de determinados jornais e de seus colaboradores, na medida em que suas colunas deixam ver histórias de mulheres que enfrentaram diferentes adversidades para refazer ou manter suas famílias, conforme acreditavam que deveria acontecer. Desse modo, em janeiro de 1890, veio à tona a história de Maria Ignez da Conceição e sua família despedaçada.²⁸ Era uma mulher cearense que recorria à delegacia, levando ao colo uma criança de três anos de idade. Qual a história de Maria Ignez que o jornal queria transmitir aos seus leitores e leitoras? Embora tenha sido a mulher quem procurou pelo delegado, ela aparece casada com Antônio Marques de Olivei-

²⁵ Caridade.... *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1890.

²⁶ Ver *idem*, *ibidem*, 14 e 20 ago. 1890.

²⁷ Várias histórias publicadas na *Gazeta de Notícias* tinham como personagem central uma mulher que possuía “Conceição” em seu nome. Silvana Santiago mostrou a grande recorrência desse nome em processos criminais, de modo que poderia indicar a tentativa de esconder-se da polícia, adotando um nome comum entre tantas outras mulheres. Por outro lado, é indício também de uma homenagem à Nossa Senhora da Conceição, na medida em que rememora a sua “maternidade divina”. Finalmente a mesma santa encontra correspondência no culto de Oxum, divindade da fecundidade. Ver SANTIAGO, Silvana. *Tal Conceição, Conceição de tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas, 2006, p. 3 e 4.

²⁸ Ver Morrendo à fome. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1890.

ra, com quem possuía cinco filhos menores. Era uma família de retirantes, chegada havia pouco tempo à capital federal, sendo que a mulher trabalhava numa “taverna”, à rua da Conceição, enquanto o marido era um praça do corpo policial destacado em Surui, Rio de Janeiro. Segundo ela contava, um dos filhos deles havia sido deixado sob os cuidados de “um preto de nome Lázaro de tal”, que iria se responsabilizar pela educação da criança. A pobreza em que se encontravam foi a culpada pela decisão de deixar a criança para trás.

Movida pela saudade, Maria Ignez juntou recursos para rever o filho pequeno. Para tristeza dela, acabou encontrando a criança muito maltratada, “em estado cadavérico, morrendo à fome, com uma camisola velha que lhe cobria os ossos, e com os pés cheios de bichos”. Retornou com ele para o Rio de Janeiro, onde procurou pela polícia, sendo a criança submetida a exame de corpo de delito, quando foi verificada a existência de “uma equimose na região frontal e outra na temporal direita, e apresenta a pobre criança sintomas de profunda miséria orgânica”. É interessante observar como a escrita de notícias que possui como fonte o material produzido em delegacias de polícia ajuda a tornar pública a ação feminina, muitas vezes indicando uma maior participação de mães com relação aos pais. Mostra também a importância de ler esse material nos jornais, pois era por meio de suas colunas que a população tomava conhecimento não apenas sobre as discussões relativas à primeira Constituição republicana, como também das agruras de mulheres pobres e trabalhadoras. Dessa forma, ao preparar a notícia para a publicação, os redatores recorriam a estratégias muito parecidas com as usadas por literatos: apresentar o início da história com um título chamativo e retomar o desenrolar da questão nos dias seguintes.

Assim, a história intitulada “Morrendo à fome” voltou a compor o noticiário da *Gazeta de Notícias* dois dias depois, com o seu triste desfecho: a criança não resistiu e teve seu corpo autopsiado pelo Dr. Thomaz Coelho.²⁹ Mais uma vez, quem comunicou o fato à delegacia foi Maria Ignez da Conceição. O modo de estruturar a notícia e os adjetivos escolhidos não desqualificaram a maternidade dessa mulher. A suspeição foi toda jogada para o “preto” Lázaro de tal, aquele que havia se responsabilizado por cuidar da criança, sem requerer qualquer pagamento. O mesmo não ocorreu com Maria da Conceição. Nesse outro caso, o título da notícia já trazia a indicação: “Mãe desumana”. Era a história de mais uma mulher que se mudava para o Rio de Janeiro com os filhos, mas que acabou os abandonando no cais, sendo os mesmos recolhidos pela polícia.

Vemos aparecer, naquelas cobiçadas páginas, histórias de mulheres que, com vários filhos pequenos e dependentes do trabalho delas para a sobrevivência, foram obrigadas a buscar o Rio de Janeiro e deixar parte de suas famílias, arduamente construídas, ao longo do caminho. Essa experiência de maternidade que as fazia confiar em pessoas estranhas ou mesmo abandonar os filhos era julgada e condenada não apenas pela polícia, mas também pelos colaboradores da folha e, muito provavelmente, por leitores que idolatravam a imagem da ex-imperatriz Thereza Cristina e de benfeitoras herdeiras do movimento abolicionista. São histórias publicadas no mesmo momento em que,

²⁹ *Idem, ibidem*, 16 jan. 1890.

ao se discutir a exclusão da participação feminina em eleições, defendia-se a ideia de que às mulheres cabia “uma missão grandiosa e santa – a da direção, e execução mesmo, do serviço do lar doméstico – onde, portanto, a sua ausência importaria numa falta mui sensível para o aconchego da família e prejuízo para a sociedade em comum”.³⁰

Histórias de mães empobrecidas colhidas na delegacia e alocadas nas colunas da *Gazeta de Notícias* indicavam que o projeto que a República possuía para as mulheres não funcionava para muitas trabalhadoras, na medida em que eram obrigadas a escolher entre a sobrevivência delas ou a de um de seus filhos. Essas mulheres pobres e com família para sustentar enfrentavam situações semelhantes às vividas por escravizadas antes da lei Áurea. Por outro lado, talvez, o tal projeto republicano não estivesse tão interessado com o bem-estar das mulheres. Voltava-se muito mais aos filhos por elas gerados. Os sentidos dessa preocupação vinham sendo construídos desde, pelo menos, a assinatura, em 28 de setembro de 1871, da Lei do Ventre Livre, ainda no Império. Àquela época, a criança passou a ser vista como um problema social e retirá-la do desamparo significava oferecer a ela uma educação que servisse para a sua inserção no mundo do trabalho. Dessa forma, como demonstra Luciana de Araújo Pinheiro, salvar a infância não era o mesmo que garantir-lhe melhores condições de vida, mas transformar meninos carentes em trabalhadores.³¹

Com a abolição da escravidão, essa ideia torna-se ainda mais urgente, de modo que, de um lado, sob a pena de literatos, às mulheres era oferecida a grande missão de mães da República, enquanto do outro lado, nos registros dos acontecimentos diários, o noticiário ajudava a divulgar a imagem de mães “desumanas” e crianças maltratadas. Naquele mesmo ano de 1890, além de mães obrigadas a abandonar seus filhos, enquanto se mudavam para o Rio de Janeiro, outras tantas mulheres apareciam como praticantes de alguma violência física contra crianças. Assim, eram narradas histórias como a de Senhorinha Julia da Conceição, moradora de uma estalagem da travessa do Desterro, acusada de “espancar barbaramente uma filha sua de 6 anos de idade”³² e a de Maria Joaquina Dias da Trindade acusada de haver “queimado com um ferro e com água fervendo”³³ a filha dela, na tentativa de livrá-la do vício da embriaguez.

Compor o noticiário de um grande jornal, depois de expor as suas dores numa delegacia de polícia, não fazia parte dos desejos de nenhuma daquelas mulheres. Além de lutar contra a falta de condições de manter uma família com o mínimo necessário, as decisões delas eram questionadas de modos diferentes e transformadas em material para atrair a atenção dos leitores que pagavam pelo jornal. Dessa forma, quando a família residia desde sempre no Rio de Janeiro, a coleta dos depoimentos de todos os envolvidos servia para alongar ainda mais a narrativa, além de despertar a atenção de vários títulos de



³⁰ BRITTO, Augusto. Variedade – A mulher e o direito penal. *A Estação*, Rio de Janeiro, 30 set. 1890.

³¹ Cf. PINHEIRO. Luciana de Araújo. *A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2003, p. 47.

³² Mãe desnaturada. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1890.

³³ Entre mãe e filha. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 jun. 1890.

jornais. A história de Maria Ignez da Conceição apareceu em dois números da *Gazeta de Notícias*, conforme acompanhamos neste artigo, além de uma nota no *Jornal do Commercio*, informando apenas o falecimento da criança e a abertura do inquérito sobre o fato.³⁴ Com uma experiência bastante semelhante, Maria Joaquina dos Santos, por sua vez, recebeu a atenção de três dos jornais de maior circulação na então capital federal.

Sobre Maria Joaquina, o *Jornal do Commercio* usou o título “Desumanidade e covardia” e, num único dia, informou sobre os maus-tratos recebidos por uma criança de um ano de idade, a “narração feita ao Sr. Dr. Monteiro Manso, 5º delegado de polícia” sobre o ocorrido, a abertura do inquérito e o exame realizado no corpo da mesma criança.³⁵ Por sua vez, *O Paiz* escolheu o título “Perversidade” e, antes de tudo, determinou o seu parecer: “Não sabemos quando será possível pôr cobro a essas manifestações da maior maldade, constantemente cometidas com a maior calma, em crianças inofensivas, por criaturas verdadeiramente mais dignas de uma jaula que de viverem entre seres racionais”.³⁶ Depois dava continuidade ao texto, com conteúdo quase idêntico ao encontrado no *Jornal do Commercio*. A *Gazeta de Notícias* foi o jornal que mais acionou recursos da escrita literária ao organizar as informações para o leitor. Vejamos como isso acontece.

Dividida em 3 números do jornal, sob o título de “Criança martirizada”, vinha a público a história de Maria Joaquina dos Santos. Uma mulher viúva, pobre e mãe de três filhos menores, que, para trabalhar como criada em uma casa de família, foi obrigada a deixar as crianças com parentes. Uma delas ficou sob os cuidados de seus padrinhos, no entanto, ao visitá-la a mãe encontrou-a “muito maltratada, apresentando manchas denegridas em diversas partes do corpo, além de outras equimoses na face esquerda do rosto, nádegas, costas e em ambas as coxas”. Assustada com tal situação, foi aconselhada a retirar a criança da casa e procurar a delegacia. Em interrogatório, “o algoz da inocente Emília, declarou ele que era autor dos castigos infligidos à menor, e que castigava-a com uma *varinha* pelo fato da pobrezinha emporcalhar o chão!”³⁷ Essas informações estavam na *Gazeta de Notícias* e também no *Jornal do Commercio* no mesmo dia.

A *Gazeta de Notícias*, no entanto, finalizava a sua narrativa com a frase de efeito “não se pode ser mais cruel”, e continuava a relatar os depoimentos apenas no dia seguinte. A primeira interrogada foi D. Emília Coimbra de Castro, “mulher do algoz padrinho”, que justificava os castigos como forma de “ensinar” e “corrigir” a criança.³⁸ A segunda depoente foi D. Maria Alexandrina da Costa, mãe de D. Emília, que afirmava serem os castigos, com o intuito de corrigir a criança dos “vícios”. Aquele dia fora assim reservado às mulheres da família acusada de maus-tratos. Mas ainda faltavam alguns depoimentos, e a *Gazeta de Notícias*, com a sua estratégia de acompanhar dia a dia a construção da história, aproveitava-se para levar os mesmos cortes dos romances folhetins para o seu noticiário.

³⁴ Ver Pobre criança! *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1890.

³⁵ Desumanidade e covardia. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 14 out. 1890.

³⁶ Perversidade. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 16 out. 1890.

³⁷ Criança martirizada. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14 out. 1890.

³⁸ *Idem, ibidem*, 15 out. 1890.

A última parte da história vinha com os depoimentos da mãe e do tio da criança, apenas confirmando tudo o que já havia sido publicado.³⁹ A exploração da história por três dias seguidos, sempre na primeira página, com título chamativo, deve ter estimulado a atenção dos leitores e leitoras que foram levados a se comover com a penúria e os maus tratos sofridos pela criança. O destaque não era dado para a situação da mãe, uma mulher pobre, viúva e obrigada a deixar as crianças sob a confiança de outras famílias para que pudesse trabalhar. Os três jornais fizeram questão de transcrever, com riqueza de detalhes, os ferimentos encontrados no corpo da criança de apenas um ano de idade.

Assim, ao mesmo tempo em que o jornal se aproveitava disso para captivar e fidelizar o seu público, deixava vaziar que o projeto republicano para as mães de família, como cuidadoras dos futuros cidadãos do país, havia falhado, porque as mulheres precisavam sair de casa para trabalhar e sustentar suas famílias arruinadas. Esse mundo do trabalho disponível para mulheres pobres transformava pequenas e inocentes crianças em corpos vulneráveis e expostos nos jornais.

“Restos da escravidão”

Foi a partir de setembro de 1871 que as crianças começaram a aparecer de forma mais explícita na documentação⁴⁰, ganhando espaço nos jornais, conforme viemos acompanhando por meio das ações de suas mães. Algumas vezes, no entanto, a vigilância materna já não existia mais e meninas acabaram passando por todo o tipo de violência. Eram talvez as filhas e netas de mulheres que não contaram com qualquer proteção, por meio do Código Criminal do Império. Essa legislação não protegia mulheres escravizadas de abusos sexuais, por exemplo. Segundo Sidney Chalhoub, “só tortura e homicídio eram crimes imputáveis aos senhores, pois neles se reconheciam atentados contra a integridade física dos escravizados”.⁴¹ Desse modo, acreditava-se que o estupro não diminuía a produtividade e o valor das mulheres escravizadas.⁴²

Com a chegada da República, o controle sexual das famílias passou a ser de obrigação do Estado, sendo direcionado às mulheres de elite, na tentativa de se criar novos papéis e responsabilidades, como a produção de “cidadãos ordeiros e trabalhadores”.⁴³ Desse modo, quando o jornal denunciava agressões praticadas por alguma família receptora de crianças, agia tendo ao menos duas intenções: mostrar o esfacelamento de famílias empobrecidas, quando as mulheres precisavam sustentar a casa, conforme viemos acompanhando; e também as ações violentas dos novos cuidadores que negavam a

³⁹ *Idem, ibidem*, 16 out. 1890.

⁴⁰ Cf. ARIZA, Marília. Crianças/Ventre Livre. In: SCHWARCZ, Lília e GOMES, Flávio (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 169.

⁴¹ CHALHOUB, Sidney. Posfácio. In: BADARÓ, Francisco Coelho Duarte. *Fantina: cenas da escravidão*. São Paulo: Chão, 2019, p. 172.

⁴² Cf. TELLES, Lorena Féres da Silva. *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)*. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2018, p. 27.

⁴³ ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 31.

tão propalada modernidade republicana e mantinham os mesmos vícios do Império, aplicando castigos físicos para a correção de crianças muito pequenas e submetendo meninas a violências sexuais.

Se o Império havia legado o exemplo da ex-imperatriz Thereza Cristina que parecia acima do regime de governo, também deixara a forma de agir da classe senhorial e de submeter famílias pobres e meninas a variadas formas de violência. O caso da criança de apenas um ano de idade torturada por seus padrinhos produziu uma série de três artigos e, certamente, a comoção dos leitores e leitoras da *Gazeta de Notícias*. Talvez o mesmo não tenha acontecido com a menina Adélia Maria dos Remédios. Aos 11 anos de idade, Adélia havia fugido de uma casa em que vivia como “agregada”. Em seu relato à polícia, dizia não “suportar os cruéis castigos que lhe eram infligidos pela dona da casa, sua filha e o chefe da família”. Informava também que, além dela, existia outra menor em condições semelhantes na mesma casa. A menina foi encaminhada para exame médico, mas o jornal não voltou a mencionar os desdobramentos do caso. No entanto, naquela mesma notícia já trazia a defesa da família cuidadora, que afirmava nunca ter maltratado a criança e que a fuga dela havia ocorrido, porque a mesma “não queria ocupar-se com trabalhos caseiros”.⁴⁴

A história que mereceu atenção do jornal foi a de outra menina, chamada Elisa. Essa foi apresentada em vários números da *Gazeta de Notícias*, com a busca pelos culpados do defloramento dela e o relato de sua vida. Sob o título de “História de uma menor”, Elisa é apresentada como uma menina de 16 anos que, “segundo se dizia, havia sido violentada por um indivíduo de nome Manuel”. Morava desde os 9 anos de idade na casa de Antônio José de Araújo, tendo sido levada pela sogra dele, que residia em Barra do Pirai, onde estavam as irmãs de Elisa, órfãs de pai e mãe. Araújo, que era também dono de uma farmácia, relatava à polícia, que Elisa havia sido “violentada por seu empregado, de nome Manuel, retirando-se este da casa, depois de praticado o crime”. Como parte dos procedimentos legais, Elisa passou por exame médico, confirmando que “havia ela sido violentada”.⁴⁵

Naquele mesmo dia, a *Gazeta de Notícias* mostrava ainda como ocorreu o depoimento da menina. A princípio, Elisa confirmou a versão de Araújo, contando que seu ofensor se chamava Manuel Almeida Machado, que “conseguiu seus fins por meio de ameaças”. No entanto, quando o depoimento dela foi lido para Araújo e sua esposa, o homem solicitou que fosse corrigida a identidade do agressor, pois Elisa deveria ter se equivocado, quando ofereceu o nome de um “honrado negociante, estabelecido com taverna na mesma rua”. Tínhamos ali os ingredientes necessários para uma história com desdobramentos inesperados, e o jornal jogava com isso, por meio da escrita de seu redator. Afinal de contas, quem era o culpado pela violência praticada contra Elisa? E ainda: qual o comportamento da menina?

O último ingrediente daquela primeira notícia servia para a exaltação da competência do delegado responsável pelo caso. Isso porque a autoridade policial conseguiu coletar em um novo depoimento da menina a revelação de

⁴⁴ Maus-tratos. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 set. 1890.

⁴⁵ História de uma menor. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 fev. 1890.

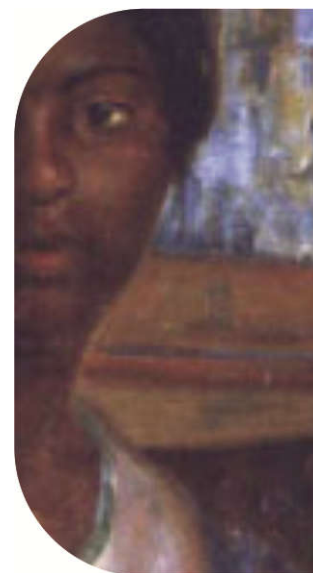
que ela havia sido “vítima do próprio dono da casa, que fora até encontrado em flagrante por sua mulher”. Elisa também confessou que se relacionara com o dito caixeiro da farmácia, mas que não fora ele o autor do crime. Ela havia sido levada a se envolver com o outro homem, depois de ser ameaçada pela esposa de Araújo. A ideia da mulher era fazer com que Elisa se casasse com o caixeiro e livrasse o marido dela de qualquer responsabilidade. Diante dessa revelação, a esposa de Araújo afirmou ter surpreendido o marido, saindo do quarto da menor, mas que “estava convencida de que não fora ele o autor do crime”. Araújo, por sua vez, dizia ter ido ao quarto de Elisa “por desconfiar que havia gente estranha em sua casa”. A notícia era encerrada com a informação de que “o ativo e zeloso delegado de polícia prossegue no inquérito, tendo depositado a menor em casa de uma família”.

Muitas meninas viveram situações parecidas com a enfrentada por Elisa. Por meio do estudo de processos criminais, já foi possível perceber como o cotidiano do amor pode ser reinventado por homens e mulheres da virada do século XIX para o XX, quando médicos e juristas tentavam controlar a sexualidade da família.⁴⁶ A leitura dessas histórias na imprensa por sua vez traz-nos a possibilidade de aprendermos mais sobre a forma pela qual as mesmas chegavam à população, considerando a ampla circulação dos jornais. Conforme viemos acompanhando, a utilização de recursos caros à escrita literária ajudava ainda mais a amplificar o alcance da mensagem enviada. A história de Elisa, de acordo com as escolhas narrativas da *Gazeta de Notícias*, revela como a descrição da sequência de depoimentos confere certo suspense sobre os desdobramentos do fato e dúvidas relativas à veracidade das falas de cada um dos depoentes. De repente, Elisa via-se diante de autoridades policiais estranhas, relatando momentos delicados de sua curta história de vida, colocando-se no campo oposto ao da família que a havia acolhido anos atrás. O casal Araújo, por sua vez, trazia impressa em suas ações o mesmo modo de agir da classe senhorial escravista. O homem acreditava ter livre acesso ao corpo das mulheres que viviam sob a proteção dele, e a esposa, ao defender o seu próprio casamento, agredia e ameaçava aquelas a quem eram vistas como suas rivais em potencial. Isso tudo, no entanto, quando ganhava as páginas dos jornais, passava a contar com o público leitor, não apenas como espectador, mas como juízes da moral e dos bons costumes. Assim, não era apenas a menina Elisa quem seria julgada pelos leitores e leitoras, mas também o casal Araújo.

Três dias depois, a “História de uma menor” voltou a compor a página do jornal, com o depoimento de novos envolvidos.⁴⁷ Dessa vez, o articulista, logo de entrada, já afirmava ter sido José Antônio de Araújo o responsável pela violência praticada contra Elisa. Aparecia, no entanto, a parteira Laurinda que prestava o seu segundo depoimento e confessava ter mentido no primeiro. A questão girava em torno de saber em qual momento a menina havia tido o seu hímen rompido. Por isso, fora examinada tanto por uma parteira, como por um médico. Esses exames no corpo dela começaram a ser realizados havia

⁴⁶ Ver ESTEVES, Martha Abreu, *op. cit.*, e CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

⁴⁷ História de uma menor. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 fev. 1890.



cerca de quatro anos, demonstrando a constante vigilância e desconfiança sobre Elisa. A notícia era finalizada com a informação de que o inquérito continuaria, deixando os leitores e leitoras de sobreaviso sobre os desdobramentos do caso.

A terceira notícia demorou um pouco mais para aparecer no jornal. Por isso, foi necessária uma espécie de resumo do caso. Com a memória ativada, passamos a acompanhar os vários exames médicos aos quais Elisa foi submetida. Ela foi examinada pelo “Dr. Luiz Antônio da Silva Santos, delegado de higiene da freguesia de S. Cristóvão” e pelo Dr. Thomaz Coelho. Com laudos diferentes, sendo que o primeiro afirmou “não ter sido ela ofendida em sua hora”, enquanto o outro asseverou que ela “havia sido violentada”; Elisa passou por um terceiro exame realizado por dois peritos, concluindo que “a menor fora efetivamente violentada”.⁴⁸

O caso chegou ao fim, com a apresentação do relatório realizado pelo delegado, afirmando que o acusado deveria responder “a sumário de culpa para ser punido com as penas do art. 220 do código criminal”.⁴⁹ A construção dessa narrativa, para além da desconfiança sobre os depoimentos prestados por Elisa e de todo o constrangimento vivido por causa dos repetidos exames médicos, deixa evidente uma diferença sensível, se relacionada ao período que antecedia à lei de 13 de maio de 1888. A família Araújo foi responsabilizada pelo crime e exposta em um dos jornais de maior circulação da capital federal. Isso era suficiente, talvez, para que à época não fosse identificada qualquer semelhança entre aquilo que viveu a menina Elisa e as situações de estupro enfrentadas pelas escravizadas.

A *Gazeta de Notícias*, no entanto, era um jornal aberto a vozes diferentes. Isso permitia que algumas situações de violência vividas por mulheres fossem identificadas como “restos da escravidão”.⁵⁰ Foi esse, aliás, o título dado à história de Liberata Antônia de Souza que procurou o escritório do jornal para denunciar a condição enfrentada por ela e suas três filhas. A acusação era a de que suas filhas viviam escravizadas em uma fazenda. As meninas contavam 11, 10 e 6 anos de idade e encontravam-se na fazenda, onde a mãe também havia sido escravizada. Liberata tornou-se livre no dia 13 de maio de 1888, mas não pode levar as filhas, mesmo depois de procurar à polícia. Diante disso, o único recurso vislumbrado por ela foi o de recorrer ao jornal, o que parece ter surtido algum efeito, considerando que alguns dias depois outra notícia foi publicada, relatando a intervenção policial no caso.⁵¹

Notícias intituladas “Restos da escravidão” apareceram na *Gazeta de Notícias* desde 1888, denunciando a presença de trabalho escravizado e cobrando providências policiais.⁵² O ano de 1890, no entanto, foi encerrado com um caso diferente: referia-se à queima da documentação concernente à esca-

⁴⁸ *Idem, ibidem*, 30 mar. 1890.

⁴⁹ *Idem, ibidem*, 29 abr. 1890.

⁵⁰ Restos da escravidão. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1890.

⁵¹ *Idem, ibidem*, 22 jan. 1890.

⁵² Ver, por exemplo, *idem, ibidem*, 28 set. 1888 e 18 out. 1888.

vidão.⁵³ Vale a pena observar como a escolha feita pelos colaboradores do jornal daquilo que se referia aos supostos “restos da escravidão” orientava-se de acordo com as causas anteriormente defendidas pelo movimento abolicionista. Desse modo, o jornal continuava agindo como intercessor de quem procurasse seu escritório para denunciar os abusos senhoriais, assim como fez boa parte daquela imprensa nos últimos anos da escravidão.

O papel da literatura na confecção da notícia

Em sua tentativa de caracterizar a crônica, os organizadores do livro *História em cousas miúdas* afirmaram: “Outra característica a singularizar a crônica era sua estreita ligação com a imprensa”.⁵⁴ Além dessas razões, a ligação entre a crônica e o jornal acontece, porque o cronista busca em outros textos, naquele mesmo suporte, os temas que serão por ele tratados. Em grande medida, é do noticiário do dia a dia que se faz a crônica. Em especial a crônica semanal, aquela que ocupava o espaço de honra da folha, a primeira coluna de jornais como a *Gazeta de Notícias*.

No entanto, se muitos cronistas usaram o material publicado nos jornais para a construção de seus textos, o responsável pela notícia miúda, e de forma mais específica por aquela oriunda de casos que passavam por uma delegacia, fez do lento processo de coleta de depoimentos seu aliado para a utilização de estratégias caras aos homens de letras, conforme acompanhamos ao longo deste artigo. Apostar nos depoimentos que seriam dados nos dias seguintes era uma forma de manter os leitores e leitoras interessadas na notícia que sempre trazia o mesmo título e, algumas vezes, até o resumo de tudo o que já havia sido escrito, para facilitar a compreensão.

A forma literária extrapolava o seu lugar de origem: o folhetim. Ao adotar essa estratégia, os colaboradores da *Gazeta de Notícias* aderiam a um movimento geral daquela imprensa de usar as notícias policiais como chamariz sem, no entanto, abrir mão de discussões que considerava importantes para a República em construção. Ou seja, ela elegia mulheres que pudessem oferecer algum exemplo, seja de mães ou de atuação política feminina, seja de luta contra a pobreza e em busca de seu direito de sobrevivência após a abolição da escravidão. Para isso, porém, o sujeito da ação recebia o nome feminino. Sendo essas as principais vezes que os nomes de mulheres ganharam espaço no noticiário do jornal ao longo de 1890.

Artigo recebido em 10 de novembro de 2020. Aprovado em 15 de dezembro de 2020.

⁵³ *Idem, ibidem*, 20 dez. 1890. Sobre os sentidos possíveis para a queima dos documentos referentes à escravidão, ver SLENES, Robert. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? *Revista Brasileira de História*, v. 5, n. 10, São Paulo, mar.-ago. 1985.

⁵⁴ CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Sousa e PEREIRA, Leonardo Affonso. Apresentação. In: *História em cousas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p. 16.